

DINÂMICAS TERRITORIAIS QUILOMBOLAS A PARTIR DAS AÇÕES DOS AGENTES DE DESENVOLVIMENTO DA PNATER NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA

Rosenilda Botelho Gomes¹

Resumo

Este artigo tem por propósito analisar as Dinâmicas territoriais dos quilombolas a partir da orientação Técnica dos Extencionistas, no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), com base na Chamada 006/2014, no período de 2016 a 2019 no território quilombola de Arapapuzinho, Abaetetuba, Pará. A orientação técnica, se apresenta em sua forma organizacional como antagonismo do saber tradicional. Assim, percebe-se que a interdependência econômica, social e ambiental, consolida um modelo de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, expõe que o desenvolvimento local e o aumento produtivo estão nas práticas do conhecimento técnico. Entretanto, nas dinâmicas dos agricultores familiares, temos a resistência dos quilombolas, pois, mesmo reconhecendo

¹Mestra do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades Campus UFPA de Abaetetuba.
nildabotelhoedc@hotmail.com.



a importância da ATER, esses agricultores continuaram a desenvolver a atividade da roça e do manejo do açaí conforme os seus saberes tradicionais.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Dinâmicas Territoriais; Quilombolas.

1 INTRODUÇÃO

A comunidade Quilombola de Arapapuzinho, possui o título definitivo de terras garantido pelo Artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. Essa legislação antecede outros aparatos legais com vistas à legitimidade de direitos dos quilombolas, que por muito tempo foram eximidos de ter seu lugar que pudessem cultivar sem arrendamento, de modo a desenvolver as diversas culturas já produzidas por seus ancestrais. “O direito de ter direito”, já que junto com a titulação vem a contemplação das Políticas Públicas territoriais.

Sendo assim, em 2016 os agentes de desenvolvimento, na representação da COODERSUS², chegaram à comunidade para desenvolver o serviço de Orientação técnica aos agricultores familiares quilombolas na nova modalidade da ATER, através da Chamada pública 006/2014, para desenvolver ação técnica no referido território. Na percepção de Haesbart (2004), o território tem a ver com “poder”, mas o poder como representação simbólica, invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade [...], enfatiza Bourdieu (2003; pp.7-8).

Essa política foi de grande abrangência territorial, pois na Chamada 006/2014, apresentou-se uma meta de 2.000 (duas mil) famílias quilombolas no município, que deviam ser contempladas com o fomento e a orientação de uma equipe técnica. Sendo que essa equipe multidisciplinar é formada por agrônomos, engenheiro florestal, pedagogo, assistente social, biólogo (nível superior) e; piscicultor, avicultor, entre outros (nível médio técnico).

O serviço técnico segue a multidisciplinaridade, pois pode ser surpreendido com o que cada família vai apresentar na UPF's, já que nessa ATER o produtor é participativo, não

² Cooperativa de Trabalho em Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável.



em um plano fechado, mas buscando atender a cada realidade. Tomando como exemplo, na comunidade pesquisada, há famílias que optaram por duas atividades, uma de manejo de açaí e outra de cultivo de roça; posto que o extensionista se encontra de fato a explorar as duas opções, entre outras coisas.

Inicialmente, a imagem da ATER como interventora no espaço rural, com o princípio de desenvolvimento local junto aos os atores sociais que possuem uma territorialidade, desenvolvendo práticas a partir do trabalho de assistência técnica, com os saberes técnico-científicos que se adquirem na academia, por vezes desvinculados da dinâmica local, com as experiências voltadas ao trabalho no campo, que em tese são dentro dos aspectos agroecológicos, no âmbito da sustentabilidade, utilizando recursos que a natureza dispõe; com uma reflexão que vem da base da relação socioambiental que esses produtores têm para com a vida cotidiana.

2 DINÂMICAS TERRITORIAIS: OS QUILOMBOLAS DIANTE DA ORIENTAÇÃO TÉCNICA

É “no chão” do campo de ação que, de fato, ocorrem os acontecimentos, onde realmente a política chegou, e é na base que se apresentará os impactos provocados por todo o trabalho que vem sendo desenvolvido na comunidade quilombola. Para Muller e Surel (2002), na própria construção de uma matriz cognitiva ocorre um processo de poder, pelo qual um ator faz valer e afirma seus próprios interesses, sendo que, na maioria, há uma intenção que, no caso, é o objetivo diante do desenvolvimento das atividades inseridas no cronograma da Chamada Pública de ATER para a população quilombola do Arapapuzinho.

Para isso, fez-se necessário ouvir os quilombolas que estão diretamente ligados ao desenvolvimento das atividades. E, quando se pergunta: como os técnicos estão orientando? Consegue-se a seguinte resposta:

“Eles vieram me orientar sobre o trabalho da roça [...], falam de uma tal roça que não queima, mas eu nunca fiz assim, sempre queimamos. [...] outro é o espaço de uma maniva para outra que deve ser de dois metros de distância de um pé para o outro, mas também é difícil, porque nosso



pedaço de terra é pequeno. Eles falam que vai dar mais, que a mandioca fica maior, que vai aumentar a produção. Pode até ser, mas ainda estamos acostumados do nosso jeito. Nós ficamos mais atentos na parte de higiene que eles falaram também, porque antes a gente não prestava muita atenção nessas coisas.” (Entrevistada AQ4, 30 anos)

Uma das falas da agricultora se refere à alternativa para a “transição agroecológica” do cultivo da mandioca, “uma tal roça que não queima”, que mesmo sendo visto como uma alternativa ambientalmente correta, não chega ser um anseio dos quilombolas. Cabral (2013; p. 02) argumenta que na Amazônia o uso do fogo é tradicional e de difícil substituição, porque se trata de um método barato e acessível aos locais mais remotos da região. Não chega a ser uma imposição dos técnicos, mas uma opção que não poderia ser desenvolvida.

Na formação sobre essa alternativa de roça, os agricultores presentes buscavam compreender sobre o funcionamento, outros já tinham esse conhecimento, entretanto, vários argumentos foram apresentados, e um deles tem uma pressão maior que é “o fazer de muito tempo, o saber adquirido pelos antepassados”, em que a agricultora fala “ainda estamos acostumados do nosso jeito”. Assim, trazendo para uma interpretação bem próxima do que seja essa vivência cultural, Clifford Geertz (2008) [...] explica que a diversidade de costumes no tempo e no espaço não é simplesmente uma questão de indumentária [...] a humanidade é tão variada em sua essência como em sua expressão. Isso permite dizer que, dependendo do lugar ou espaço, o ser humano viverá conforme a sua relação direta com os objetos da vida cotidiana. O que não se pode definir é que vá existir uma única cultura, Geertz (*ibidem*) alerta sobre o “padrão da cultura”. Isso não quer dizer que não se tenha que conviver com outros conhecimentos, mas é uma precaução de que existe uma variação cultural.

Mesmo sendo uma forma ecologicamente correta, a roça sem fogo é algo longe da realidade desses quilombolas. Caporal (2003) chama atenção para essa transição agroecológica em curso e indica a necessidade de construção de conhecimentos sobre distintos agroecossistemas, variedades de sistemas culturais e condições econômicas, o qual ele se reporta como “a ecologização da agricultura” (CAPORAL, 2009). O agricultor não deixa de desenvolver a atividade, mas a aperfeiçoa, pois, “A Agroecologia proporciona o



conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consciente, altamente produtiva e economicamente viável” (GLIESSMAN, 2000; p.54). Isso tem que ser levado em consideração, mas esse “novo modelo” não está na solicitação da comunidade que prefere continuar desenvolvendo do seu próprio jeito.

Isto posto, durante o trajeto de ida ao campo de pesquisa, foi identificado como anseio dos quilombolas, uma espécie de maniva que fosse resistente à água, devido à perda de produção causada pelo apodrecimento das mandiocas.

No que tange à questão higiênica, na fabricação da farinha, existe uma fala da agricultora que deve ser frisada “nós fica atenta na parte da higiene”, ou seja, existe algo que está sendo deixado para eles que é um alerta para uma melhor higienização; isso é mencionado pelo fato da própria assessoria técnica querer um produto com higiene, com melhor benefício, pensando na comercialização.

Outra agricultora que aderiu ao manejo do açaí, respondendo à mesma pergunta feita anteriormente, manifestou-se da seguinte forma:

“Olha, eles já vieram duas vezes em casa falando que era para manter a limpeza do açaizal, tirar as árvores altas, muitos paus altos que ficam no meio do açaizal. Só deixar aqueles, como o ingazeiro, o falcoeiro, essas árvores que não pode tirar. Também para deixar na touceira até três açaizeiros. Porque deixa e tira as produtivas do açaí. Antes o manejo era feito do jeito dele, quando dava para pagar alguém, ele pagava. Todo final de safra preparava o açaizal, tirava árvore alta que não aguentava ninguém, mas muitas dessas coisas a gente fazia. Quando eles falam da lonjura de um pé para o outro, isso seria se terreno fosse feito o replantio, mas isso não dá para fazer, mas eles gostaram da forma como estava limpo o nosso açaizal”. (Entrevistada AQ5, 45 ANOS).

Ambas as falas demonstram resistência dos quilombolas diante da orientação técnica. Essa resistência está diretamente ligada a forma como esses quilombolas desenvolvem os trabalhos das atividades em questão, preservando a sua cultura, através dos conhecimentos herdados de seus ancestrais. Algo que fica marcado nas falas das agricultoras é o seguinte: “Quando eles falam da lonjura de um pé para o outro [...] isso não dá para fazer”. Pois, não



existe uma medida específica. Para além de uma política, um modo de vida. Diegues (2000) explica que isso é uma forma de reconhecer-se como pertencente a um grupo particular que possui identidade própria.

Tanto na roça, quanto no açaizal, não foi feito o plantio usando o alinhamento como explicado pelos técnicos, primeiro por seguirem seus próprios conhecimentos; e segundo, porque o açaí é nativo, onde cai a semente lá germina, devendo-se então, levar em consideração o manejo. “Os atores, por meio de seus sentimentos, exprimem visões de mundo, explicitam categorias, classificam e codificam a realidade social”. (MOTA, 2011; p.242). Trata-se de algo concreto, a prática do agricultor, levando sempre à percepção de “o que tenho, e o que devo fazer”; isso de fato chama-se realidade.

Essas resistências têm algumas explicações apresentadas pelo próprio agricultor, principalmente a medida, que foi colocada por eles como um empecilho para seguir essa orientação. De acordo com os agricultores, a área é pequena; isso é verdadeiro, pois dentro da comunidade de Arapapuzinho, as famílias que iniciaram o povoamento na localidade, hoje, aumentaram significativamente, já existem vários grupos familiares, que levaram os antigos moradores a dividirem suas propriedades em pequenas áreas, com seus filhos e seus netos, tornando-se cada vez mais subdivididas. Então, apesar da resistência sobre a orientação técnica, em determinadas colocações, esses agricultores reconhecem a importância desta para a produção sustentável das comunidades e o fortalecimento das Unidades Produtivas Familiares (UPF's). Assim, indagou-se: qual a importância da ATER para você?

E a resposta foi a seguinte:

“Eu acho importante, só que, como eu digo, ainda está muito fraco para nós agricultor, nós precisava, aqui, de uma máquina, no caso você está com pouca terra, aí você não tem como aproveitar esta terra, porque manual você não tem condição de fazer, agora uma máquina para você revirar esta terra... Você tira a mandioca desta terra e quer fazer um outro plantio, plantar a mesma muda de maniva [...], você tinha que ter um tratorzinho destes para poder revirar a terra. Eu tenho essa grotá aqui, poderia mandar fazer o serviço, mas manual não dá para fazer; só limpar, cavar, não dá para manter a água presa para fazer uma criação de pato,



porque eu tinha um prazer de comprar a tela e cercar tudinho ela, e jogar pato dentro para criar, o pato é da água, aqui na seca você não pode criar pato, eu tenho três patos aí, se eu soltar, a raposa vem comer, então deixo ele ficar aí, qualquer hora a gente mata e come.” (Entrevistado AQ1, 75 ANOS).

Conforme a fala do agricultor, certos anseios passam a fazer parte de suas necessidades, como o uso de maquinário, ou seja, a tecnologia pautada em máquinas de revirar a terra, novas alternativas de equipamento, principalmente pela idade que este apresenta. Os agricultores trabalham há décadas de forma braçal, enfrentando grandes dificuldades na execução de suas atividades. “O principal obstáculo apontado é a carência de recursos e o baixo nível de capitalização dos produtores familiares”. (SOUZA FILHO *et al.*, 2004; p. 08), que perpassa pela dificuldade financeira, porque o agricultor esperava da própria política. Nesse caso, há interesse em fazer a transição agroecológica, em um sistema de sustentabilidade e de modernização.

“Ainda está muito fraco”, essa fala vem de alguém que já possui experiência – pela própria idade de prática na agricultura – está muito claro que deles se esperava mais, entretanto, a própria política tem seus limites, o trabalho dos extensionistas também. O difícil não é introduzir a mecanização ou uso do trator ou outras formas de mecanização, pois mostra uma transição da agricultura itinerante para a agricultura permanente, condicionando uma reorientação do sistema de produção (MOTA; SCHMITZ; FREITAS, 2012); é a forma diferente de implementação do trabalho na agricultura, no âmbito mais moderno.

De certo modo, a política está alcançando “o princípio da orientação técnica”, que não chega a ser uma novidade. Neves (1987), no artigo sobre as políticas agrícolas e a construção do produtor moderno, enfatiza que as políticas e os programas agrícolas são voltados para o aumento da produtividade e rentabilidade. Está-se diante do sistema capitalista, em que o acúmulo do capital, segundo Marx e Engels (1848), é o principal aspecto desta sociedade, pois “o crescimento, o lucro e o aumento passam a ser, sempre, a missão da ATER, que leva mais do que simplesmente assistência técnica para ampliar a produção. Sozinha, a ATER não se configura em fator determinante, único e soberano para o



desenvolvimento ou não de uma área de assentamento, ou mesmo de uma comunidade rural. (FATORELLI & MERTENS, 2010; p.406).

Esse “incentivo em continuar com o trabalho”, a partir do acompanhamento técnico, mostra “a situação de marginalidade em que vive a maioria da população rural brasileira, causada pelo subdesenvolvimento econômico do país” (MA, 1960; p. 26). Nesse sentido, vê-se a carência de políticas públicas para agricultores familiares. Muitos dos incentivos são acanhados, mostram o quanto é dificultoso ter uma produção, mesmo mínima.

“É importante porque nos beneficiou, nos dá esse incentivo de continuar com esse trabalho, como trabalhar para a gente aprimorar mais, para aumentar a nossa produção, melhorar o modo de trabalho; para mim foi importante.” (Entrevistada AQ3, 30 ANOS).

Nessa situação, o grande desafio está em ter um equipamento de tecnologia que ampare o trabalho do agricultor. Mas o ensejo de fazer uma roça ou manejo de açaí, em período de grande dificuldade financeira, passa a ser um demonstrativo de oportunidade, trazendo algumas situações as quais nos permite verificar: quais benefícios e/ou malefícios a ATER trouxe para suas famílias?

“Só veio contribuir. Foi uma ajuda muito grande, pela primeira vez que veio algo assim, a gente não esperava, a gente fez o cadastro e as pessoas falavam, será que vem? Com tantas coisas que já prometeram e nunca vem. Graças a Deus veio, ajudou muito, porque a gente vive do trabalho dele (marido), a gente não tem condições, então foi muito bom.” (Entrevistada AQ5, 45 ANOS).

“[...] Os benefícios vão vir com o tempo, pois, como escolhi manejo, então a minha renda vai aumentar, porque o nosso açaí vai aumentar. Vejo também que muitas pessoas aqui no Arapapuzinho estava acabando o plantio de roça, esse projeto veio trazer benefício, porque agora a gente vê o tanto de farinha que está saindo daqui, que antes a gente estava comprando lá fora, então ele veio beneficiar as nossas famílias desta forma, porque eles não queriam mais plantar, eles não estavam mais



plantando porque eles não tinham condição, então esse projeto veio ajudar muito.” (Entrevistada AQ6, 44 ANOS).

Não se encontra na fala das agricultoras algo que representasse o malefício; pelo contrário, só contribuições, benefícios. A própria falta de credibilidade do Estado Nacional sobre as políticas públicas mostra que o país não estava e nem apresentava o seu melhor ângulo do cenário político, fazendo com que os quilombolas não acreditassem na efetivação da política de assistência técnica. Pela condição financeira, os quilombolas veem na ATER uma oportunidade de transformação social (não como cultural), no desenvolver das atividades, no incentivo à produção, dando possibilidade ao trabalho, já que o momento não os permitia ter o cultivo, o plantio e até mesmo o manejo. Percebe-se que a pobreza é uma herança histórica, constitutiva do capitalismo, em que a sociedade brasileira passa a depender das políticas públicas. Essa herança marca, até as datas de hoje, a própria dependência.

A própria agricultora destaca que algumas pessoas tinham deixado de fazer a roça, mas tiveram o apoio do fomento, e voltaram a cultivá-la. É claro que no decorrer da pesquisa observou-se agricultores que não vivem sem seu pequeno plantio nas roças, e outros que já estavam parando com a referida atividade. O “Plano Brasil Sem Miséria” visou promover a inclusão produtiva da população extremamente pobre. O eixo de “Inclusão Produtiva” se dividia entre as estratégias para o meio rural (BRASIL, 2016). Ressalta-se que existe uma norma dentro da aplicação do fomento; caso o agricultor não empregue a primeira parcela no trabalho rural, automaticamente não recebe a segunda. Com isso os produtores buscaram investir o valor no trabalho aderido.

Nota-se que a produção da mandioca, assim como o açaí constituem a base econômica dessas famílias na comunidade, e é definida como uma das cadeias produtivas de importância econômica para o território de valor econômico, social e cultural. Quando as famílias deixam de produzir, sem dúvida terão que comprar de segundos, terceiros, dificultando ainda mais a parte econômica das famílias. Ferreira e Guedes (2008) se referem à política de ATER como uma forma de consolidar a estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Para isso, nada melhor do que usar métodos de educação participativa, ou seja, usar de técnicas que possibilitem a participação das pessoas em processos educativos não



formais, no intuito de fortalecer os princípios da educação como processo de ensino-aprendizagem na construção de sujeitos críticos e participativos.

É esperado que um investimento como a política nacional de Assistência Técnica, tenha tido alguma influência nesse sentido; assim, perguntou-se: a ATER influenciou nas atividades produtivas desempenhadas pelo seu grupo familiar?

“Influenciou, sim, porque a gente não tinha como fazer uma roça nesse momento, e com o fomento isso podemos fazer. Posso dizer que foi tudo de bom.” (Entrevistada AQ8, 30 ANOS).

“[...] entendo que a questão da terra não pode ficar parada, isolada. Então incentivou e ajudou porque a limpa deu para levar mais longe.” (Entrevistada AQ8, 56 ANOS).

“Influenciou, sim. Podemos fazer o trabalho sem estar se enrascando com o dinheiro, pois saíamos para fazer o serviço e sabíamos que a gente ia ter o que comer.” (Entrevistada AQ9, 49 ANOS).

Os tipos de influência estão ligados diretamente ao financeiro, servindo como estímulo à produção de alimentos para o autoconsumo e a geração de renda, por intermédio da venda dos excedentes da produção. Vale ressaltar que, dentre os papéis dos técnicos, o de maior relevância é o convencimento do aumento produtivo, caso contrário, não tem fundamento a aplicação de uma política como a de ATER nesse território. Essa nova conjuntura do agricultor moderno (SILVA, 2011; MATOS, 2011; NEVES, 1987), pensando na agricultura moderna, será discutido com mais detalhes no item seguinte.

Os agricultores veem no fomento transferência direta de recursos financeiros não reembolsáveis e da disponibilização de prestação de serviços, (SEPPIR, 2013), uma forma de apoio ao desenvolvimento das atividades e nas orientações como ato educativo; tudo o que desconheciam, como, por exemplo, o conhecimento de políticas públicas, CAR (Cadastro Ambiental Rural), entre outros assuntos. Também desenvolveu o fortalecimento da agricultura diversificada, mas as duas opções mais pedidas nas atividades, em sua maioria,



foram o açaí e a roça de mandioca. Silva (2011) faz uma retrospectiva desta forma: “[...] vários momentos de oscilações em termos de crescimento econômico e desenvolvimento, concomitantemente com agressões ao seu meio ambiente”. Mas não é esse o objetivo descrito na lei de ATER; o documento passa a ideia de valores; econômico, social e cultural sem desgastar a natureza.

Sobre a situação que, desde o início, se discorre a respeito da agricultura familiar, foi importante saber se o destino dos produtos, fazendo a seguinte indagação: a produção é para venda ou consumo?

“Tenho que tirar para o consumo, porque eu tenho filho/filha, neto, bisneto. Às vezes você tem uma farinha que, para sair daqui, você vende a R\$3,00 (três reais) o quilo, na produção está R\$90,00 (noventa reais) a cabeça, para eu deixar de ficar com essa farinha e vender e ter que comprar a R\$5,00 (cinco reais), de R\$4,00 (quatro reais) ou de R\$6,00 (seis reais) o quilo, então é mais pro consumo. Quando dá para vender umas duas cabeças, a gente vende, mas eu prefiro deixar porque eu mando pros meus filhos para Belém, para Marudá. (irmão, neto, nora, filhos e filhas).” (Entrevistado AQ1, 75 ANOS).

“Como a gente não tem um capital grande, nem toda vez dá para vender, mas quando a gente está enrascado, põe a mandioca, a gente vende um pouquinho que é para comprar a comida, que é para a gente fazer aquele trabalho. Por exemplo, neste ano, o inverno foi brabo, então nem todo mundo tem roça que dê para vender, porque muito apodreceu (mandioca). Já o açaí, como a minha filha não tá aí, eu já apanho açaí e vendo, agora no verão tá meio devagar, porque tá barato, mas mesmo assim a gente vai juntando e quando dá para ir, a gente pagar uma diária, aí a gente leva uns dois para apanhar; tem os filhos dela, que quando estão precisando eu também dou para eles, quando o pai não tem condição de comprar um caderno uma outra coisa, eu ajudo ele também.” (Entrevistado AQ2, 56 ANOS).



O destino do produto, em sua maioria, é o consumo, devido à consciência de se desfazer de seus produtos por valores mais baixos e depois ter que comprar mais caro. É uma herança cultural, dentre a produção, fazer a distribuição entre membros da família. Segundo Danichewcz e Maçaneiro (2016), o trabalho nas pequenas propriedades tem uma perspectiva de vida pela sustentabilidade do grupo familiar. “Mesmo com a diferenciação existente entre os agricultores familiares, eles têm em comum que, na organização do trabalho se dá a inter-relação entre a produção e o consumo, sendo a família, ao mesmo tempo, produtora e consumidora” (MOTA; SCHMITZ; FREITAS, 2012; p. 05). Esses são fatores determinantes na vida cultural do Arapapuzinho, que perpassa pela produção e forma de trabalho, mas inclui o consumo à sustentabilidade. O modo de viver típico, o estilo de vida comum, o ser, o fazer e o agir de determinado grupo humano, desta ou daquela etnia, é cultura. (VANNUCCHI, 1999). Bem pouco se pensa na lucratividade, mas na distribuição em que os membros familiares comunguem do produto, a exemplo a farinha.

O pouco que é vendido (excedente), pensando na possibilidade de manutenção de materiais necessários para os membros, citado na entrevista, em que a colaboradora da pesquisa, traz um elemento muito empregado nas situações recorrentes à sociedade capitalista, o tocante financeiro, “como a gente não tem um capital grande”, torna-se explícito que, em relação à diferença de classe social, que se mede pelo capital, o termo “enrascado” é uma maneira de expressar a dificuldade financeira; “essa é uma dinâmica social a construções lógicas e históricas de reconstrução da realidade” (FERNANDES, 2004; p. 15). A própria realidade apresenta um resquício de uma vida socioeconômica difícil, que transpassa os séculos, expondo as dificuldades apresentadas. “Tais carências colocam essas comunidades em situações de desamparo dos poderes públicos” (OLIVEIRA, 2010; p. 30). Assim, os quilombolas “vivem como podem”, com a missão primordial da nova extensão rural pública que, desde a perspectiva social, deve ser a de contribuir para o desenvolvimento de modos de vida sustentável, particularmente para aqueles grupos sociais com poucos recursos e oportunidades (CAPORAL, 2003; p. 07).

Para a inclusão produtiva, várias atividades foram implementadas na política nacional de ATER, já descrita anteriormente; logo, era necessário a participação dos agricultores; então, a pergunta foi: participa das formações disponibilizadas pela equipe técnica?



“Participo sim, mas não de todas, participei do manejo de açaí, foi muito boa, aprendi tanto, também uma do CAR, e outra que falava dos nossos direitos, alguns projetos do governo federal (políticas públicas).” (Entrevistada AQ3, 30 anos).

“Toda reunião que eles vêm fazer, estou lá presente. A última que teve já estou esquecida, eles falaram da importância da DAP e de um documento aí que a comunidade tem que ter, o CAR.” (Entrevistada AQ9, 45 anos).

Nas falas das entrevistadas, é perceptível que houve participação, mas nem todos compreendem como formação, e, sim, como uma reunião. Essas ditas reuniões são partes formativas, com os temas citados: “CAR”, “POLÍTICAS PÚBLICAS”, “DAP” (Declaração de Aptidão ao Pronaf). Muitas dessas formações já estavam definidas na chamada pública, outras foram acordadas na própria comunidade como parte interessada do tema, como o manejo de açaí. Os extensionistas trouxeram o curso “roça sem fogo-lavoura branca”.

Isso se chama formação e informação; a maioria desses agricultores, como os da figura 23, abaixo, são pessoas que não concluíram o ensino fundamental e ficam desprovidos de informações. É explícito que a ARQUIA (Associação dos Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba) muito tem feito em relação a transmitir certos informes, entretanto, “para conduzir esse processo de conhecimento, o papel do técnico não deve ser de orientador, e, sim, de servidor público [...]” (SILVA, 2003; p. 164).

No que diz respeito aos conhecimentos para o desenvolvimento das atividades do cultivo da mandioca e da produção do açaí, onde a ATER expôs que tem um diferencial em relação aos saberes dos agricultores, dessa maneira, perguntou-se: com a chegada da ATER, você mudou a forma de desenvolver essas atividades produtivas?

“Não, empatou. O que eles orientaram foi mais a parte higiênica mesmo. Tudo bem, só uma coisa que eles falaram que não tinha como fazer é que eles querem que trabalhem com luva. Como é que você vai trabalhar com luva para descascar uma mandioca? Como você vai trabalhar com uma luva para preparar uma massa? A luva pro mexedor tudo bem, tem uns que usa por causa do cabo do rodo, isso tudo bem eu concordo, uma



‘touca’ na cabeça eu concordo, por causa do cabelo, mas a pessoa que vai plantar, descascar, fazer a massa, isso não; tudo bem, mas antes não tinha esse negócio de luva mesmo, agora tem, mas o resto não, eles vieram essa semana mesmo, eles tiveram, olharam e disseram que estava tudo bem, tudo tranquilo, como eles queriam, tá tudo normal, acharam demais bonito. Então empatou com a orientação técnica. Eles falaram sobre o açaí, mas isso eu já faço (puxa as folhas seca para o pé da árvore para fazer o adubo orgânico), então as plantas são iguais a nós, se não cuidar, morre. Ela precisa disso, tem que ter o esterco dela tudinho para ela poder levantar, para ela ter força, senão ela morre, agora pensa numa terra seca como está no verão muito forte, você joga isso (folhagem) no pé, que quando o sereno vem, cai nas folhas, pinga em cima daquele esterco, aquilo vai ficando úmido e vai mantendo a vida dela (planta), se você deixar o pé dela secar sem nada, o sereno vem, cai na terra e passa direto para debaixo da terra, se tem o batume, fica no batume; eles ainda falaram para mim, realmente você sabe tudo.” (Entrevistado AQ1, 75 anos).

“Eu fiz diferente do que eles queriam, da forma como eles queriam, a gente tinha que meter um trator, mas a gente não tem, então tivemos que queimar. Eles queriam que tivesse um trator para poder tirar o mato e também que desse a distância de um metro.” (Entrevistada, AQ10, 21 anos).

O entrevistado AQ1, pela própria experiência, expressa muito bem o trabalho da agricultura, então a palavra “empate”, mostra que, mesmo os técnicos tendo uma formação, o agricultor também tem, por isso, Freire (1983) fala sobre o fato de ser indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes. Porque trata de uma socialização do conhecimento, mostra perfeitamente nas falas sobre a propriedade como eles lidam com a situação que não os permitem ter uma irrigação, “sereno vem, cai nas folhas”, “fica no batume”.



São práticas de expressão de amor pela forma de cuidar das plantas, assim, Carneiro e Santos (2016) dizem que os saberes e práticas tradicionais têm que ser valorizados, proporcionando a troca de conhecimentos entre as famílias e os técnicos, sendo norteados pelo tipo de assistência técnica, a autodeterminação, a autonomia e o etnodesenvolvimento. “O saber ambiental muda o olhar do conhecimento e, dessa forma, transforma as condições do saber no mundo da relação que estabelece o ser com o pensar e o saber, com o conhecer e o atuar no mundo” (LEFF, 2009; p. 18). Não é por caso que o entrevistado dá uma espécie de orientação do saber fazer; a aproximação com a natureza é algo muito intenso, que busca alternativas para cuidar das plantas, mesmo sem dispor de recursos tecnológicos. As medidas são simples e ambientalmente corretas, sem exagero, sem desperdícios, com grande ousadia.

Para além do pensamento produtivo, ao mesmo tempo é preciso entender que é uma política que trabalha com pessoas, grupos tradicionais, o que exige comprometimento e respeito, não sendo algo muito simples. Perguntou-se: como você avalia o trabalho dos técnicos?

Já que o agricultor passa a ter uma relação próxima, dispõe de informações, dados pessoais, que são necessários para esse trabalho, e, ao mesmo tempo, o agricultor espera informações que correspondem ao que se chama de lidar com “humanos”, “diversidade”.

Na fala deles, pode-se depreender o seguinte:

“Tem uns técnicos que, não vou generalizar, são bem atenciosos; mas tem uns que a ignorância mora ali; têm pessoas, sim, boa no projeto, no caso das empresas que são responsáveis, mas têm pessoas que não.” (Entrevistada AQ11, 44 anos).

“Tem uns meninos bons, mas tem uns meninos aí que exageram, que não têm como fazer do jeito que eles querem, sobre esta medida de plantio de açaí, eu não concordo com nenhuma medição deles, essa medida aí é para quem tem muita terra, para quem, por exemplo, tem grande área, porque se eu for fazer uma medida dessa, isso eu falei para eles, que se eu fazer uma medida dessa, meu terreno vai dar para plantar dez pés de açaí, porque quatro metro de um pé para outro é muito longe, o açaí, dois



metros, dois metros e meio é o suficiente, quando você olha que ele está fechado, vê qual que está mais fraca e tira e deixa ficar aquela que está mais bonita. Então essa distância, eu falei para eles, não tem condição porque a terra é pouca.” (Entrevistado AQ1, 75 anos).

Os técnicos não são avaliados somente pelo fato de orientar (conhecimento técnico), mas também pela própria maneira de tratar o agricultor. Quando a agricultora diz que “tem uns que a ignorância mora ali”, mostra que, nesse caso, não estavam preparados para estar em campo; uma situação é fazer o trabalho no escritório, somente com documentos; outra, é estar frente a frente com pessoas que enfrentam os mais diversos contextos diários. Por isso que Freire (1983) chama a atenção sobre a importância do diálogo com humanismo verdadeiro. É necessário que o extensionista tome consciência do seu papel de mediador, que não deve ser desenvolvido somente com “competência técnica” (MEDEIROS & MARQUES, 2012; p. 249), mas com uma afinidade com os agricultores, as chamadas relações interpessoais.

Neves (1987) diz que no processo de modernização da agricultura, a partir das relações sociais, vai existir o conflito de interesses, o jogo de interesses das forças políticas. Os conflitos de ideias, dentro do aspecto de que “isso eu já sabia”, mas que o “novo” conhecimento é importante, é verdadeiro. “Tem uns meninos bons, mas tem uns meninos aí que exagera, que não tem como fazer do jeito que eles querem”; “eu não concordo com nenhuma medida deles”. A percepção de diferença de um técnico para outro depende muito da preparação, pois essa parte do “exagero”, conseqüentemente, vem da própria orientação da política, o crescimento produtivo.



Figura 1 Curso sobre o cultivo da roça sem fogo. Fonte: Rosenilda Botelho Gomes (pesquisa de campo, 2018).



O extensionista está na posição de quem ensina (Figura 1), logo, o aprendiz está sendo o quilombola, entretanto, o agricultor também se manifestou sobre a atividade, a maneira como aprendeu e como faz o trabalho, mas o olhar do agricultor sobre a orientação técnica recorreu a uma curiosidade, na qual o extensionista apresenta como avaliar uma maniva que está propícia para novo cultivo, sem presença de fungos, o que foi algo que chamou muito a atenção dos quilombolas, assim como no açaí. Enquanto, que as outras etapas, principalmente a preparação do solo e o plantio, não suscitaram tanto interesse.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Percebe-se que os quilombolas, em grande parte, resistiram à orientação técnica, por vários motivos, mas um deles, por terem crescido vendo seus pais desenvolverem tal modelo de atividade, e, por outro lado, porque não dispõem de equipamentos, principalmente para fazer o revolvimento do solo. Dessa forma, esse resultado mostra a necessidade de se ter tecnologias socialmente adaptadas, que estejam ligadas e sejam desenvolvidas partindo dos saberes locais, visando sua maior adoção e direcionamento entre os agricultores da localidade.

Em destaque, a partir das falas dos agricultores, depreende-se que o conhecimento que estes possuem é como se fosse algo que emerge naturalmente, a partir de suas práticas. Contudo, em algumas vezes, não se leva em consideração como um saber que deve ser reproduzido ou disseminado de forma ampla, já que era aplicado localmente. E, apesar desses

agricultores terem adquirido alguns conhecimentos a partir do trabalho dos técnicos, mesmo assim acabavam seguindo as práticas dos seus antepassados, tanto na implantação da roça, quanto no manejo do açaí.

Em contrapartida, os técnicos reproduziam, em suas formações feitas na comunidade, que o desenvolvimento local e o aumento da produção seriam possíveis a partir do saber técnico-científico. Entretanto, os técnicos não chegavam a desmerecer o saber desses quilombolas, porque no momento da visita de avaliação, mesmo percebendo que os agricultores tinham feito de forma diferente, eles emitiam o relatório e incentivavam nos próximos passos, principalmente o da higienização e comercialização, como, por exemplo, reportando-se à produção de farinha. Diante disso, é eficaz dizer que ambos puderam ter acesso aos conhecimentos diferenciados através da troca de experiências, e enfim, fortalecer as ações das práticas na agricultura familiar quilombola.

Referências

- Bourdieu, Pierre. 2003. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 6 ed.
- Brasil. 2014. *Chamada Pública DPMRQ/MDA nº 006 /2014*. Brasília.
- _____.2010. *Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010*, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.
- _____.1988. *Constituição Federal Brasileira*.
- _____.2010. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER*. Brasília: MDA/SAF, 45 p.
- _____.1960. Ministério da Agricultura. *Crédito Rural Supervisionado no Brasil (reunião de trabalho de Técnicos da ABCAR e filiadas)*. Rio de Janeiro: SIA.
- Brasília. 2013. *Guia de políticas públicas para quilombolas*. Programa Brasil Quilombola (SEPPIR).
- Cabral, Ana Luísa Alves; FILHO, Luiz Otávio Moras; BERGE, Luís Antônio Coimbra s. 2006. Uso do fogo na agricultura: legislação, impactos ambientais e realidade na Amazônia. In: *Fórum Ambiental da Alta Paulista; Direito Ambiental, políticas públicas e sociedade*. ANAP, v.9, nº 5.pp. 1-13.
- Caporal, Francisco Roberto. 2003. “*Agroecologia, Campesinato e História*” – ISEC/ETSIAM, Universidad de Córdoba (Espanha), Extensionista Rural da EMATER/RS-ASCAR. Este

texto tem como base o Capítulo VIII da Tese de Doutorado do autor. Santa Maria (RS), janeiro.

_____. 2009. *Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível* / coordenado por Francisco Roberto Caporal. – Brasília.

Diegues, A. C. (Org.). 2000. *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP.

Fatorelli, L; Mertens, F. 2010. Integração de políticas e governança ambiental: o caso do licenciamento rural no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, Campinas/SP, v. 13, n. 2, pp. 401-415.

Fernandes, F. 2004. *Sociologia crítica e militante*/ Octávio Ianni (org.) – São Paulo: Expressão Popular.

Ferreira, M. do S. S.; Guedes, M. V. C. 2008. Política nacional de assistência técnica e extensão rural – Pnater. *Informes Sobre Políticas Públicas*.

Freire, Paulo. 1983. *Extensão ou comunicação?* 8ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Oliveira, J. A. de. 2010. A margem e o Centro na produção do urbano na Amazônia. In: Simonian, L. T. L. (Org.). *Belém do Pará: História, Cultura e Sociedade*. Belém/PA: Editora do NAEA. Cap. 2.

Geertz, Clifford, 1926. *A interpretação das culturas* / Clifford Geertz. - 1.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Gliessman, S. R. 2000. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.

Haesbaert, R. 2004. *O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Leff, E. 2002. *Agroecologia e saber ambiental*. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.

Mota, Fábio Reis. 2010. *Quanto custa ser um quilombola no Brasil?* Mobilizações coletivas e associativismo no Brasil contemporâneo (2011).

Mota, D.M.; Schmitz, H.; Freitas, M.N. 2012. Ciência e tecnologia: pesquisa com e para os agricultores familiares. In: LOPES, E.S.A. (Org.). *Ciência e tecnologia no Estado de Sergipe*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe: pp.73-91.

Neves, D. M. P. 1987. *As políticas agrícolas e a Construção do Produtor moderno*. CAD. Dif. Tecnol, Brasília.

- Silva, S. P. 2011. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Revista Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 16, n. 58.
- Souza Filho, C. F. M.; Prioste, F. 2017. Quilombos no Brasil e direitos socioambientais na América Latina. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, Vol. 08, N.4.
- Vannucchi, A. 1999. *Cultura brasileira: o que é e como se faz*. São Paulo: Edições Loyola.

